

**DESEMPREGO EM UMA ABORDAGEM TEÓRICA:
NOTAS SOBRE NEOCLÁSSICOS, KEYNES E MARX***

DURANTE A MAIOR parte do século XX, tanto a questão do desemprego quanto as demais questões afeitas à macroeconomia dividiram os economistas basicamente em dois grandes grupos.

Para os neoclássicos, a plena utilização dos fatores de produção disponíveis (entre eles, o trabalho) ocorre quando a remuneração de cada fator corresponde à sua produtividade marginal. Logo, em primeira aproximação, há desemprego (ou seja, subutilização do fator trabalho) quando os trabalhadores insistem em exigir (e, por quaisquer motivos, conseguem obter) salários superiores à produtividade marginal do trabalho. Trata-se pois de um fenômeno basicamente voluntário — segundo dizem explicitamente as obras de inspiração neoclássica —, pois em um mercado de trabalho competitivo são contratados todos os que aceitam a taxa natural de salário (igual à produtividade marginal do trabalho). Só no curto prazo ou em mercados imperfeitos o salário real pode sustentar-se em níveis mais elevados.

A principal consequência política dessa visão é a adoção de medidas que, direta ou indiretamente, visam a reduzir os salários (desregulamentação do mercado de trabalho, enfraquecimento dos sindicatos, etc.) para levá-los ao nível compatível com o equilíbrio geral, no qual existe pleno emprego.

Trata-se, como se vê, de uma abordagem em princípio bastante rígida e até estranha, pois enfatiza, em primeira aproximação, o caráter voluntário do desemprego. Num esforço para tornar-se mais flexível e mais aderente à realidade, os neoclássicos

* Texto preparado a partir das notas de uma intervenção em um seminário de economistas sobre desemprego, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2002.

passaram a admitir a existência de desemprego involuntário em certos casos, como o da introdução do seguro-desemprego, o da fixação legal de um salário mínimo alto demais ou mesmo o da ação de empresários desejosos de reter sua força de trabalho por preocupações de eficiência microeconômica. O desemprego involuntário também poderia ser explicado pelo fluxo imperfeito da informação no mercado de trabalho. As informações sobre cada vaga não estão disponíveis para todos, de forma igual e sem custos, de modo que o desemprego pode decorrer de uma assimetria na disseminação das informações.

Em qualquer caso o ponto de vista neoclássico sobre o desemprego destaca as condições do mercado de trabalho. Se não apresentar imperfeições, ele funciona como um mercado de bens.

* * *

KEYNES ACEITA a associação entre salário e produtividade marginal do trabalho, mas afirma que o nível de emprego depende do que ocorre no mercado de produtos. Ele considera que o desemprego decorre de uma demanda insuficiente para absorver todos os produtos que seriam produzidos em uma situação de pleno emprego das forças produtivas.

Ao contrário dos neoclássicos, que enxergam uma sucessão de pontos de equilíbrio em que oferta e demanda agregada coincidem, tendendo ao pleno emprego, Keynes sustenta que só há um nível de emprego que corresponde ao equilíbrio. E afirma que esse nível, em geral, é inferior ao do pleno emprego. Para além dele, a demanda se torna menor que a oferta e, por conseguinte, o emprego não pode aumentar.

Os modelos neoclássicos sempre admitem, implícita ou explicitamente, a validade da lei de Say, que diz que a oferta cria a sua própria demanda. Nesse caso, evidentemente, inexistente o problema da insuficiência de demanda agregada. Nos modelos neoclássicos, a lei pode aparecer simplificada na forma de uma plena flexibilidade de preços e salários, cujo ajuste evita a insuficiência de demanda. Nos modelos keynesianos, no entanto, os preços não se ajustam e a demanda passa a determinar a oferta, conferindo

consistência ao princípio da demanda efetiva. Esse princípio, apresentado por Keynes no terceiro capítulo da *Teoria geral*, contém uma recusa implícita à lei de Say. A decisão autônoma é a compra, não a venda.

O ponto-chave da teoria keynesiana é que o nível de emprego deixa de ser determinado pelo cruzamento de oferta e demanda de trabalho, passando a subordinar-se ao princípio da demanda efetiva. O volume de emprego é fixado no ponto de interseção da curva de demanda agregada com a curva de oferta agregada, pois nesse ponto se maximizam as expectativas de lucros dos empresários.

Nesse enfoque, os determinantes da demanda efetiva, a eficiência marginal do capital, a preferência pela liquidez e a propensão a consumir (que define o multiplicador) determinam também o nível de emprego. Ora, se este é dado pela demanda agregada, independentemente da existência ou não de equilíbrio no mercado de trabalho, pode haver equilíbrio entre oferta e demanda e, simultaneamente, desemprego involuntário.

Assim, deixa de fazer sentido a idéia, implícita na teoria neoclássica, de que o desemprego (voluntário) é alto porque os trabalhadores não aceitam trabalhar por uma remuneração inferior à sua desutilidade marginal. (No capítulo dezenove da *Teoria geral*, Keynes argumenta que a redução do salário nominal só afetará o nível de emprego se tiver algum efeito sobre os três determinantes da demanda efetiva.)

Em Keynes, portanto, o pleno emprego — que na teoria neoclássica é uma tendência geral, se os mercados funcionarem de forma suficientemente flexível — se transforma em um caso particular, ao qual raramente se chega, a menos que se adotem políticas específicas para incrementar a demanda. Nessa abordagem o desemprego não pode ser reduzido por meio da redução de salários.

* * *

O DEBATE ENTRE essas visões tornou-se agudo em dois momentos, com resultados diferentes. Na crise de 1930 o modelo neo-

clássico pareceu esgotar-se, e a visão keynesiana conferiu uma sólida base teórica aos governos intervencionistas do após-guerra, amplamente predominantes na chamada “época de ouro” do capitalismo.

A estagflação das décadas de 1970 e 1980, porém, reabriu a questão, colocando na berlinda as idéias de Keynes e as políticas associadas a elas. O debate acadêmico permaneceu centrado nas interpretações da curva de Phillips, que na década de 1950 havia concluído o edifício da macroeconomia keynesiana. Nas suas versões originais ela supõe uma relação inversa entre inflação e desemprego, relação contestada a partir da década de 1970, quando as principais economias do mundo experimentam situações de inflação com desemprego. Os economistas neoclássicos retomaram então a ofensiva, primeiro com Friedman, com sua crítica à curva de Phillips, que introduziu a visão neoclássica do mercado de trabalho na discussão do *trade-off* e incluiu a questão da formação de expectativas; depois, principalmente, com Lucas e Sargent, com a teoria das expectativas racionais. Surge o conceito de Nairu (taxa de desemprego não aceleradora da inflação, ou taxa natural de desemprego), que constitui uma abordagem teórica alternativa à da curva de Phillips tradicional. Para os defensores deste ponto de vista, a busca do pleno emprego produz mais inflação, que por sua vez terminará produzindo desemprego, estabelecendo-se assim uma relação direta — e não mais inversa — entre os dois fenômenos.

* * *

É CURIOSO QUE se tenha mantido esquecida, durante o debate, uma terceira interpretação, dotada no entanto de imenso poder explicativo. Refiro-me à abordagem, muito mais antiga, de Karl Marx. Sua primeira formulação sistemática do problema aparece nos *Grundrisse*, escritos em fins da década de 1850, e está relacionada com a crítica à lei de população proposta por Malthus. Como sempre, Marx raciocinava procurando leis fundamentais: “Em diferentes modos de produção”, escreveu, “diferentes leis regem o aumento da população e a existência de uma superpopulação relativa (...). Essas leis estão ligadas às dife-

rentes maneiras pelas quais o indivíduo se relaciona com as condições de produção ou de reprodução de si mesmo como membro da sociedade, pois só em sociedade o homem trabalha e se apropria do meio”.

Depois de descrever outros modos de produção, Marx trata do capitalismo, registrando a existência, nesse sistema, de duas tendências simultâneas e contraditórias. A primeira resulta da luta do capital para controlar a maior quantidade possível de trabalho vivo, de modo a aumentar a massa potencial de mais valia. Ou seja, o capital tende a subordinar a si a maior parte do trabalho social, o que exige a expropriação das condições independentes de vida de parcelas crescentes da população, que passam a se apresentar no mercado como vendedores de força de trabalho. “Por outro lado”, diz Marx, referindo à outra tendência, “o impulso em direção à mais valia relativa [que se expressa no aumento do capital constante em detrimento do capital variável] induz o capital a colocar como não necessários muitos desses trabalhadores.”

A busca da mais valia absoluta faz o capital desejar a “máxima extensão da jornada de trabalho, com a máxima quantidade de jornadas simultâneas”; ao mesmo tempo, a busca da mais valia relativa “reduz ao mínimo o tempo de trabalho e o número de trabalhadores necessários”. A primeira tendência incorpora trabalhadores à esfera especificamente capitalista da atividade econômica; a segunda lança trabalhadores na rua. Atraindo e repelindo trabalhadores, o capitalismo desenvolve uma lei de população igualmente ambígua: a maior parte da população se transforma em assalariada, mas num momento seguinte é parcialmente transformada em superpopulação relativa, ou população momentaneamente inútil, excedente, à espera de ser utilizada pelo capital em algum ciclo expansivo futuro. Marx chegou assim ao conceito de exército industrial de reserva — conceito mais geral que o de desemprego —, um fenômeno estrutural, decorrente das leis de tendência inerentes ao desenvolvimento do capital.

Marx considera que a criação do exército industrial de reserva (ou seja, de uma população excedente disponível) é essencial para que o capital não precise depender da taxa de crescimento da

população para obter a mão-de-obra de que necessita nos ciclos expansivos. O processo que descreve inscreve-se, pois, na tendência geral do capital de não reconhecer nenhum limite externo, ou “natural”, ao processo de acumulação. Não é possível exagerar o alcance e a profundidade dessa visão, genial e brilhante, à luz dos equívocos que estão disseminados no debate das últimas décadas. Poucos, até hoje, a entenderam.

* * *

MUITO ANTES DE KEYNES, e pela primeira vez na história do pensamento econômico, Marx fez uma crítica detalhada à lei de Say, pois seu estudo sobre a possibilidade de crises de superprodução exigiu que se debruçasse sobre o tema (se a lei de Say for válida não há possibilidade de haver superprodução). Recuperemos, sinteticamente, uma parte do seu raciocínio.

Marx distingue dois tipos de circulação, a circulação simples ($M - D - M$) e a circulação capitalista ($D - M - D'$). A primeira refere-se a um mercado no qual os agentes da troca são produtores independentes que oferecem suas mercadorias (M) a fim de obter dinheiro (D) para usá-lo na compra de outras mercadorias (M). Nesse tipo de circulação, a mercadoria — considerada como valor de uso — está no início e no fim do processo, com o dinheiro na posição de termo médio. Nesse tipo de circulação, o ato de venda antecede e prepara um ato de compra. Logo, é impossível, ou sumamente improvável, que o dinheiro adquirido (pela venda) não volte à circulação (pela compra). O valor da demanda é igual ao valor da oferta. A lei de Say se confirma.

Porém, diz Marx, na circulação capitalista as coisas se passam diferentemente. Aqui, os agentes fundamentais — os capitalistas — não têm em vista o valor de uso, mas sim o valor de troca. Essa circulação tem como ponto inicial o dinheiro (D), representação geral do valor, e tem também nele o seu ponto terminal, acrescido em quantidade (D'). As mercadorias (M) constituem apenas o termo intermediário. O primeiro ato dessa circulação é um ato de compra — de equipamentos, matérias-primas e força de trabalho —, por meio do qual o dinheiro

transforma-se em capital. O segundo é um ato de venda, por meio do qual a mercadoria produzida transforma-se numa soma de dinheiro maior que a inicial (pois ela incorporou um mais-valor). Temos então $D - M - D'$. Na comparação com a circulação simples ($M - D - M$), alterou-se completamente o sentido do processo: não mais se trata de converter valores de uso em outros valores de uso (qualitativamente diversos), mas de converter uma soma de dinheiro em outra soma de dinheiro (quantitativamente maior).

Na circulação capitalista, ao contrário do que ocorre na circulação simples, o fato de que as vendas sejam seguidas por compras já não é óbvio, pois neste caso a compra (a conversão de dinheiro em capital) só se realiza na medida em que o capitalista considere que ela será seguida por uma venda futura que realize o valor do capital empregado. Se, por qualquer razão, a realização da mais-valia não ocorre (ou não ocorre na medida considerada indispensável), então o dinheiro não se converte em capital. As compras de força de trabalho e de meios de produção são suspensas, e o processo de circulação se interrompe. O mercado vive uma situação de superprodução. A lei de Say não se confirma.

* * *

TEMOS AÍ MAIS um ótimo exemplo do método de Marx. Vale a pena explicitá-lo um pouco mais. Marx recusava a idéia de que se pudesse entender a dinâmica do capitalismo por meio do estudo das relações de mercado. Considerava ideológicas as doutrinas que adotavam este ponto de vista.

O desempenho do capitalista individual se mede, como se sabe, por sua capacidade de comprar seus insumos a um preço total mais barato que o preço que consegue com a venda de seus produtos. Dessas operações de compra e venda surge seu lucro. Para ele, a verdadeira e única ciência econômica é aquela que sistematiza e generaliza esse princípio, ajudando a tornar mais racional essa administração essencialmente mercantil.

Ideologicamente poderoso, esse ponto de vista se torna frágil (e até um pouco ridículo) quando pretende constituir-se na base da compreensão dos grandes movimentos da economia moderna.

É claro que operações espertas de compra e venda podem aumentar o lucro de um certo capitalista, em detrimento de outros, mas não se pode explicar por essa via a existência de um excedente social distribuído à classe capitalista como um todo sob a forma de lucro, juro ou renda. Se as operações são interdependentes — ou seja, se cada venda representa a contraface de uma compra —, é impossível que todos comprem barato e vendam caro. Só o Cristo, multiplicando os pães, conseguiria esse milagre. Entendido como fenômeno mercantil, o lucro só pode resultar em um jogo de soma zero. Não se pode compreender por essa via a dinâmica de um sistema econômico que se reproduz de forma ampliada. Daí a preocupação de Marx em buscar o ponto de vista da totalidade, para lograr descrever essa dinâmica impulsionada pela auto-expansão do capital.

É verdade, ele diz, que em nossa sociedade todos perseguem interesses individuais, de forma competitiva, mas sua atividade se dá nos marcos de possibilidades socialmente determinadas: “O próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado, que só pode ser alcançado no interior de condições fixadas pela sociedade e com os meios que ela oferece. Está ligado, portanto, à reprodução dessas condições e desses meios.” (Mesmo levando em conta apenas a ação dos empresários capitalistas, *stricto sensu*, é fácil ver que o êxito é apenas parcialmente determinado pelos esforços individuais de cada um em tocar seu negócio com eficiência acima da média; sucesso e fracasso estão sempre co-determinados pelos esforços correlatos de todos os demais capitalistas, e a rentabilidade de cada capital particular está subordinada à rentabilidade do capital como um todo numa certa configuração do sistema).

* * *

O PONTO DE VISTA de Marx também permite uma crítica a Keynes. A insuficiência de demanda efetiva indica que o mercado não é capaz de absorver os produtos ofertados. Do ponto de vista do empresário individual, essa constatação está correta: suas mercadorias não se vendem, e por isso ele decide diminuir ou inter-

romper a produção, dispensando mão-de-obra ou cessando sua contratação. Daí a impressão, tão clara, de que a demanda comanda a dinâmica do sistema, como Keynes acreditava.

Marx vê o problema de outro ângulo: para ele, qualquer coisa que ocorra na esfera do mercado está circunscrita a limites definidos pelos acontecimentos que ocorrem nas esferas da produção e da distribuição do produto social, que são dominadas pela problemática da acumulação, ou reprodução ampliada, de capital. O controle que o mercado exerce sobre os produtores individuais se inscreve em um outro âmbito mais abrangente: o controle do processo de acumulação sobre os produtores e o mercado. Pois, sem acumulação, pode haver produção, mas não produção capitalista. Assim, para Marx, a taxa de acumulação é o elemento que está por trás da capacidade reguladora do mercado. O equilíbrio ou desequilíbrio entre oferta e demanda só se formam em contextos dominados pelo processo de acumulação, e a tendência à superprodução — que em Keynes aparece como tendência a insuficiência de demanda — só é superada de forma consistente (embora provisória) quando o capital consegue um aumento, relativo ou absoluto, no grau de exploração da força de trabalho. A crise aparece quando o capital acumulado mostra-se demasiadamente grande em relação à taxa de lucro que ele é capaz de obter. E o que o sistema precisa restaurar não é um equilíbrio entre oferta e demanda, mas um equilíbrio entre o processo de produção material e o processo de expansão do valor.

* * *

ESTAMOS DIANTE de três teorias fundamentais — Marx, Keynes e os neoclássicos —, cujo grau de abordagem sistêmica é decrescente. A primeira busca descrever o movimento do sistema econômico como um todo, e nesse contexto mostra como ele tende a recriar dinamicamente um exército industrial de reserva por meio da atração e repulsão simultâneas de massas humanas, cuja vida passa a gravitar em torno do capital; a existência do exército industrial de reserva, nessa visão, expressa a ação conjugada de leis fundamentais. A segunda indica imperfeições no ajuste entre

oferta e demanda agregadas, o que exige uma intervenção permanente no sentido de sustentar esta última se quisermos atingir e manter algo próximo ao pleno emprego. A terceira pretende que os mercados se auto-regulam e, deixados em liberdade, tendem a um ponto de equilíbrio em que a alocação dos recursos, inclusive do trabalho, se torna ótima.

Nas reviravoltas da história, a verossimilhança de cada teoria se torna maior ou menor, como se viu nas últimas décadas, com o reforço dos neoclássicos em detrimento dos keynesianos. Já os pontos de vista de Marx, identificados erroneamente com a malograda experiência soviética, praticamente deixaram de ser estudados. É pena. Ele ainda nos oferece a teoria que captou com maior fidelidade os fundamentos do capitalismo, inclusive no que diz respeito à dinâmica do mercado de trabalho.